



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E
TRADICIONAIS

REQUERIMENTO Nº , DE 2025
(Do Sr. Defensor Stélio Dener)

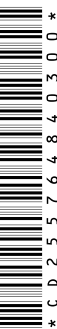
Requer a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Minas e Energia, para tratar sobre a Política Nacional de Minerais Estratégicos, com ênfase no potencial brasileiro localizado na Amazônia.

Sr. Presidente,

Requeiro, com fundamento no artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Minas e Energia para tratar sobre a Política Nacional de Minerais Estratégicos, com ênfase no potencial brasileiro localizado na Amazônia e suas implicações para soberania, desenvolvimento regional e proteção socioambiental, entre eles os minerais críticos (nióbio, tântalo, tungstênio, vanádio, entre outros) e, principalmente, o mineral conhecido como terras raras, ao qual recentemente foi descoberto em Roraima, no Complexo Minerário Barreira, a maior concentração mundial já registrada, e demais ocorrências e reservas relevantes na Região Norte e a necessidade de se debater a integração desses ativos em uma estratégia nacional de governança, rastreabilidade, industrialização e logística.

Assim sendo, solicitamos que sejam convidadas, em data a ser posteriormente agendada, as seguintes autoridades:

- Secretária Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Sra. Ana Paula Lima Vieira Bittencourt;
- Diretor Geral da Agência Nacional de Mineração (ANM), Sr. Mauro Henrique Moreira Sousa;
- Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil (SGB), Sr. Inácio Cavalcante Melo Neto;
- Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Sr. Raul Jungmann;
- Professor Valdimir de Souza, doutor em bioestratigrafia, da área de geociência/mineração da Universidade Federal de Roraima;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

- Professor Carlos Eduardo Lucas Vieira, doutor em geociências da área de geociência/mineração da Universidade Federal de Roraima;
- Doutoranda Lorena Malta Feitosa, mestre em geofísica da área de geociência/mineração da Universidade Federal de Roraima;
- Ex-deputado federal Salomão Cruz, ex-vice governador de Roraima, geólogo e estudioso das terras raras e
- Ex-deputado federal Aldo Rebelo, ex-ministro e estudioso da Amazônia e do desenvolvimento nacional.

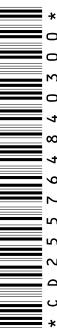
JUSTIFICATIVA

A transição energética e a revolução digital impulsionaram a demanda global por minerais estratégicos, sobretudo as terras raras, insumos indispensáveis à fabricação de baterias, turbinas eólicas, veículos elétricos, semicondutores e sistemas de defesa.

O Brasil ocupa posição de destaque nesse cenário: possui cerca de 23% das reservas mundiais de terras raras, e, recentemente, o Complexo Minerário Barreira (Caracarái/RR) revelou concentrações sem precedentes desses elementos, até 6 vezes superiores às encontradas na China e 12 vezes às de Cuba. Outras ocorrências importantes já foram identificadas no Pará, Amapá e Amazonas, consolidando a Região Norte como um dos maiores polos minerais estratégicos do planeta.

Esse patrimônio, entretanto, exige debate público e planejamento nacional. É preciso discutir:

- os critérios de soberania e segurança nacional aplicáveis à exploração;
- o estabelecimento de conteúdo local e a obrigatoriedade de beneficiamento em território nacional;
- a criação de um sistema de rastreabilidade e certificação digital para coibir ilícitos e garantir aceitação nos mercados mais exigentes;
- as salvaguardas socioambientais necessárias na Amazônia, com respeito às comunidades locais e aos povos originários;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

- e a logística estratégica, que envolve corredores produtivos e rotas de exportação via Guiana, além da pavimentação de eixos como a BR-210 e a BR-433.

Adicionalmente, a audiência permitirá colher subsídios de pesquisadores, órgãos reguladores e do setor produtivo para orientar proposições legislativas (PLs, PLPs, PECs e PDLs) e indicações ao Executivo na formulação de uma Política Nacional de Minerais Estratégicos.

O tema envolve não apenas potencial econômico, mas também soberania nacional, competitividade industrial e proteção da Amazônia, motivo pelo qual a realização de audiência pública conjunta entre a CPOVOS e a CME se mostra indispensável.

Com a audiência pública esperamos colher subsídios técnicos e acadêmicos sobre o potencial nacional em minerais estratégicos, avaliar também alternativas de marcos regulatórios que priorizem soberania, industrialização e rastreabilidade, além também de discutir mecanismos de proteção socioambiental e de participação de povos originários e comunidades locais, como formular recomendações legislativas e indicações ao Executivo para construção de uma Política Nacional de Minerais Estratégicos.

É com esse objetivo que requeiro apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento de audiência pública.

Sala das Comissões, em de de 2025.

Deputado DEFENSOR STÉLIO DENER
REPUBLICANOS/RR

